

Livro e leitura no Brasil: desenvolvimento de políticas de ciência, tecnologia e inovação

Ana Clara Leite Pedersoli

Universidade Estadual Paulista, Departamento de Ciência da Informação, Marília, SP, Brasil

ana.pedersoli@unesp.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6493-8503>

Elaine da Silva

Universidade Estadual Paulista, Departamento de Ciência da Informação, Marília, SP, Brasil

elaine.silva1@unesp.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1449-354X>

Marta Lúgia Pomim Valentim

Universidade Estadual Paulista, Departamento de Ciência da Informação, Marília, SP, Brasil

valentim@valentim.pro.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4248-5934>

DOI: <https://doi.org/10.26512/rici.v17.n3.2024.53842>

Recebido/Recibido/Received: 2024-05-13

Aceito/Aceptado/Accepted: 2024-09-18

Publicado/Publicado/Published: 2024-11-10

ARTIGOS

Resumo

Mediante a crise do mercado editorial de livros e o fato de que o livro não é produto prioritário de consumo no País, questiona-se o que está sendo feito para mudar este cenário no que tange às políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação. Analisa-se o contexto nacional do livro e da leitura e sua relação com as políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação, visando propor estratégias no contexto do Plano Nacional do Livro e Leitura. Realizou-se um estudo de natureza quali-quantitativa, dos tipos descritiva e documental. Evidenciou-se que há falhas no que se refere ao Plano, pois o que está sendo proposto não ocorre de maneira efetiva. No contexto da Sociedade 5.0 e dos avanços tecnológicos constantes, visualiza-se a Ciência, Tecnologia e Inovação como uma ferramenta facilitadora para além da pesquisa e extensão, uma vez que pode contribuir para distintas inovações no cenário da cultura do livro e leitura no Brasil que, por sua vez, contribuem direta e indiretamente para que o País se destaque no quesito inovação e no que tange ao atendimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o que pode ser medido através do Índice Global de Inovação.

Palavras-chave: Plano Nacional do Livro e da Leitura. Políticas Públicas. Livro. Leitura. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Books and reading in Brazil: Development of science, technology, and innovation policies

Abstract

Given the crisis in the book publishing market and the fact that books are not a priority consumer product in the Country, the question arises what is being done to change this scenario regarding Science, Technology, and Innovation policies. The national context of books and reading and its relationship with Science, Technology and Innovation policies are analyzed, aiming to propose strategies in the context of the National Book and Reading Plan. A qualitative and quantitative, descriptive and documentary study was carried out. It was evident that there are flaws with regard to the Plan, as what is being proposed does not occur effectively. In the context of Society 5.0 and constant technological advances, Science, Technology and Innovation is seen as a facilitating tool beyond research and extension, as it can contribute to different innovations in the scenario of book and reading culture in Brazil that, in turn, contribute

directly and indirectly to the country standing out in terms of innovation and in terms of meeting the Sustainable Development Goals, which can be measured through the Global Innovation Index.

Keywords: National Book and Reading Plan. Public Policies. Book. Sustainable Development Goals . Reading.

Libros y lectura en Brasil: desarrollo de políticas de ciencia, tecnología e innovación

Resumen

Ante la crisis del mercado editorial de libros y el hecho de que los libros no son un producto de consumo prioritario en el País, surge la pregunta ¿qué se está haciendo para cambiar este escenario en materia de políticas de Ciencia, Tecnología e Innovación? Se analiza el contexto nacional del libro y la lectura y su relación con las políticas de Ciencia, Tecnología e Innovación, con el objetivo de proponer estrategias en el contexto del Plan Nacional del Libro y la Lectura. Se realizó un estudio cualitativo y cuantitativo, descriptivo y documental. Se evidenció que hay fallas en el Plan, ya que lo que se propone no se cumple de manera efectiva. En el contexto de la Sociedad 5.0 y de los constantes avances tecnológicos, la Ciencia, Tecnología e Innovación es vista como una herramienta facilitadora más allá de la investigación y la extensión, ya que puede contribuir para diferentes innovaciones en el escenario de la cultura del libro y de la lectura en Brasil que, a su vez, contribuyen directa e indirectamente al País destacándose en términos de innovación y en términos de cumplimiento de los Objetivos de Desarrollo Sostenible, los cuales se pueden medir a través del Índice Global de Innovación.

Palabras-clave: Plan Nacional del Libro y la Lectura. Políticas Pública. Libro. Lectura. Objetivos de Desarrollo Sostenible.

1 Introdução

A sociedade atual se encontra em um momento de transição da denominada Sociedade 4.0 – marcada por constantes avanços tecnológicos, tais como a interação humano-computador e inteligência artificial, mas também por distintos aspectos agravantes ao meio ambiente e dificuldades sociais no âmbito da comunicação, por exemplo, a explosão de *fake news*, a ansiedade informacional devido ao volume e velocidade da carga de informação recebida, entre outros fatores –, para a Sociedade 5.0 em que a tecnologia tem o propósito de facilitar o cotidiano das pessoas, considerando e incluindo aspectos imbricados à sustentabilidade e à empatia, promovendo discussões voltadas às sociedades e cidades inteligentes. Com a transição da Sociedade 4.0 para a Sociedade 5.0, os avanços tecnológicos e as questões relacionadas à Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) vão ao encontro do contexto do livro e da leitura no País e, nesse sentido, é papel do cientista da informação buscar maneiras para que ambos os contextos possam se relacionar.

Entende-se que para que a Sociedade 5.0 seja possível, é necessária a formação de cidadãos críticos, cientes de seus direitos e deveres e que, de fato, se integrem ao meio. Para isso, defende-se o desenvolvimento do hábito da leitura, perspectiva em que se destacam os resultados da 5ª edição da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*, (IPL, 2020), que evidencia que 52% da população brasileira é leitora, cuja média anual de 4,95 livros por pessoa contempla a leitura de livros por inteiro ou em parte. A pesquisa, realizada pelo Instituto Pró-Livro, é a única em âmbito nacional que tem por objetivo avaliar o perfil do leitor brasileiro, entretanto, a

referida edição antecede o período pandêmico devido ao COVID-19, de 2020 a 2023, esses resultados podem apresentar acréscimo ou decréscimo devido às consequências da pandemia, mas os dados ainda não receberam atualização. Como complemento, ressalta-se que em 2023, a taxa de analfabetismo foi de 5,6% em que aproximadamente dez milhões de pessoas com quinze anos ou mais não sabem ler ou escrever (Alves, 2023).

Por trás da população classificada como não leitora pela pesquisa do IPL (2020), destaca-se dois pontos: a pesquisa considera apenas as leituras realizadas nos últimos três meses anteriores à coleta de dados, possibilitando que dentre esses “não leitores”, haja leitores que tiveram empecilhos para ler nesse período específico; com relação aos não leitores de fato, entende-se que há fatores culturais, econômicos, educacionais e políticos que justificam o não desenvolvimento do hábito da leitura. Dentre esses fatores, evidencia-se que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Rendimento Domiciliar Per Capita (RDPC) no País, é de R\$ 1.625,00 (IBGE, 2023a), enquanto o preço médio do livro foi de R\$ 43,24 para R\$ 45,87 em 2023 e, em julho de 2024 chegou a R\$51,45 (Facchini, 2023; Nielsen BookScan; Snel, 2024), tendente a não ser atrativo em comparação as diversas possibilidades de entretenimento e lazer (ressaltando *streaming* de músicas, filmes e séries).

Com enfoque no desenvolvimento do hábito de leitura, o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) – desenvolvido pelo Governo Federal, por meio da Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo e do Ministério da Educação, a partir de sugestões de representantes de todas as cadeias relacionadas à leitura, assim como de educadores, bibliotecários, universidades, entre outros – apresenta diretrizes básicas para assegurar a democratização do acesso ao livro, o fomento à leitura e o fortalecimento da cadeia produtiva do livro. Divide-se em quatro eixos: Eixo 1 - Democratização do acesso; Eixo 2 - Fomento à leitura e à formação de mediadores; Eixo 3 - Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico; Eixo 4 - Desenvolvimento da economia do livro (Brasil. Ministério da Cultura, 2022).

Diante da realidade brasileira em evidência e como complemento ao PNLL e ao propósito da tecnologia em meio a Sociedade 5.0, a Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) se configuram como instrumentos para o desenvolvimento, com foco nos fatores cultural e social associados ao livro e leitura no País. No entanto, comparado a 2019, em 2020 o Brasil apresentou uma queda de 8,2% no investimento em valores totais em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), e de 1,21% para 1,14% em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), em contrapartida, de 2022 para 2023 o País subiu cinco posições no Índice Global de Inovação (IGI), e ocupa a 49ª posição entre 132 países, sendo o primeiro colocado da América Latina (Brasil. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2023; Dutta, Lanvin; León; Wunsch-Vincent, 2023).

Dentre as categorias analisadas para a construção do IGI, destacam-se: 2.1.4 Escalas PISA em leitura, matemática e ciências; e 7.2 Bens e serviços criativos - na qual estão intrínsecos à produção e comercialização de livros (Dutta, Lanvin; León; Wunsch-Vincent, 2023). Partindo dessas categorias presentes no IGI, enfoca-se o fato de o livro não ser produto prioritário de consumo no País e questiona-se o que está sendo feito para mudar este cenário frente às políticas de CT&I.

O objetivo geral deste estudo foi analisar a contribuição do contexto nacional do livro e da leitura em relação à política de CT&I. No que concerne aos objetivos específicos, definiu-se: a) verificar indicadores nacionais e internacionais em CT&I referentes ao Brasil, em comparação aos países selecionados; b) verificar indicadores sobre o livro e a leitura do País; c) analisar o PNLL e respectivos objetivos frente ao cenário do livro e leitura no Brasil; d) propor estratégias de fomento à CT&I relacionadas ao PNLL.

Na Ciência da Informação, os estudos sobre o livro e a leitura relacionados a políticas públicas e ao desenvolvimento sustentável são incipientes, mas diante do cenário contemporâneo em que a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estão em evidência, se fazem necessários. Conforme destacado por Camillo (2022), os modos de desenvolvimento social e econômico se alteram ao longo do tempo, consequente de ameaças internas e externas ao país, dessa maneira, as políticas públicas de diversos nichos devem se adequar às demandas percebidas, incluindo as políticas públicas do livro e da leitura. Desta forma, este estudo foca na necessidade de se desenvolver políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) relacionadas ao livro e à leitura.

O estudo envolve de maneira indireta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mais especificamente o ODS-4 - Educação de qualidade; o ODS-10 - Redução das desigualdades; e o ODS-9 - Indústria, inovação e infraestrutura (Nações Unidas Brasil, [entre 2015 e 2023]). Isto porque, são analisados dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) em relação à leitura no Brasil, devido a categoria 2.1.4 de análise do IGI, assim como questões de classe, etnia, gênero e regionalidade evidentes nos índices relacionadas à leitura, produção e comercialização de livros levantados, ao encontro da categoria 7.2 do IGI. Por fim, ao propor diretrizes para o desenvolvimento de políticas de CT&I no âmbito do PNLL, a CT&I deve ser compreendida como elemento facilitador para o cumprimento do PNLL e, consequentemente, para melhorias ao contexto do livro e da leitura no País, bem como ao fortalecimento do mercado editorial brasileiro de livros.

2 Ciência, tecnologia e inovação

A Ciência, embora predominante na sociedade, diferencia-se do conhecimento. O ‘conhecer’ apresenta por si diversas camadas (conhecimento popular, conhecimento religioso ou teológico, conhecimento filosófico etc.), destacando-se que o ato de conhecer se baseia na interpretação que se têm sobre determinado fenômeno e que esta pode não ser uma verdade absoluta, considerando-se que depende da relação de um sujeito (quem interpreta) e de um objeto (o que se interpreta). Dentre as camadas do conhecimento, destaca-se o conhecimento científico, que na busca de um conhecimento mais fidedigno é sistematizado e comprovado, por meio de observações e pesquisas. Nessa perspectiva, enquanto o conhecimento se refere ao objeto e fenômenos, a Ciência está presente nos métodos utilizados para compreendê-los, e faz com que o conhecimento científico se diferencie dos demais por propiciar a verificabilidade (Araújo, 2006).

A tecnologia é uma ferramenta que possibilita o compartilhamento da Ciência, a formação de redes e a conexão de ideias. No âmbito da Sociedade 5.0 e da proposta da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, unir Ciência e Tecnologia (C&T) priorizando as necessidades do ser humano e a sustentabilidade, pode gerar inovação. Conforme a primeira edição do Manual de Oslo, desenvolvido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) em conjunto com o Gabinete Estatístico das Comunidades Europeias (Eurostat) e traduzido pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP):

Inovação é a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de *marketing*, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas (OECD; Gabinete Estatístico das comunidades europeias, 1997, p. 55).

Em complemento, a edição atualizada do Manual de Oslo, de 2018, acrescenta que a inovação é fundamental para a melhoria dos padrões de vida e pode afetar desde indivíduos, instituições, setores econômicos inteiros e países (OECD; Gabinete Estatístico das comunidades europeias, 2018). No Brasil, a CT&I tem potencial para ser uma escolha estratégica para o desenvolvimento do País, contudo é necessário priorizar investimentos neste setor.

De acordo com Rocha e Ferreira (2004, p. 63): “Em países caracterizados por sistemas nacionais de inovação imaturos [...], os gastos realizados pelo poder público para o desenvolvimento científico e tecnológico assumem relevância ainda maior, devido aos baixos dispêndios efetuados pelas empresas privadas-”. O IGI utiliza de 80 (oitenta) variáveis para monitorar as tendências mundiais de inovação, sendo que em 2023 o Brasil, pelo terceiro ano consecutivo, obteve resultados acima das expectativas para o seu nível de desenvolvimento, entretanto, ocupa a 49ª posição entre 132 (cento e trinta e dois) países (Dutta, Lanvin; León; Wunsch-Vincent, 2023).

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), desenvolveu Indicadores Nacionais de CT&I, apresentando os dados por categorias: - Recursos Aplicados (consolidados, Governo Federal, Governo Estadual, Pós-graduação, Setor Empresarial); - Recursos Humanos (pesquisadores, ensino de graduação, ensino de pós-graduação, indicadores dos grupos de pesquisa, bolsas de formação, produção científica, patentes; inovação). Além desses dados, também são realizadas comparações internacionais do Brasil com países selecionados para a pesquisa (Brasil. MCTI, 2023).

A partir dos Indicadores Nacionais de CT&I (MCTI, 2023), com ano base 2022, nota-se que há mais recursos direcionados para a C&T, com melhoria significativa entre os anos de 2013 e 2015 e maior investimento em 2019. Os indicadores analisam o setor público (federal e estadual) e empresarial, sendo que os dispêndios direcionados ao setor público são os que sobressaem, com destaque para os dispêndios federais. O dispêndio maior é direcionado para o Ministério da Educação (48,6%), seguido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e Comunicações (23,5%). Analisado por região, o investimento dos governos estaduais em C&T é maior na Região Sudeste (65,6%) e menor na Região Norte (3,6%) (Brasil. MCTI, 2023).

Em comparação com outros países, enquanto os Estados Unidos, China e Japão investem mais de US\$ 100 bilhões de dólares anualmente em P&D, o Brasil investe menos de US\$ 40 bilhões, junto com o Canadá e a Itália, por exemplo. No entanto, esses apresentam uma progressão no decorrer dos anos entre 2000 e 2020, e o Brasil por outro lado é instável, com valores imprevisíveis, maior dispêndio entre 2014 e 2015, e baixas posteriormente (Brasil. MCTI, 2023). Os recursos financeiros voltados para o MCTI são direcionados aos Fundos Setoriais no total de dezesseis, sendo neste meio os recursos direcionados para a universidade-empresa e a infraestrutura de Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) (Gov.br, [s.d]).

É possível perceber que nas últimas décadas foram desenvolvidas políticas públicas voltadas ao fomento da CT&I no País. Entre às leis relacionadas à CT&I, destaca-se a Lei nº 10.973/2004, denominada Lei de Inovação, que foi atualizada pela Lei nº 13.243/2016, resultando no 'Novo Marco Legal da Inovação' que busca impulsionar a inovação, por meio do estímulo à construção de ambientes especializados e cooperativos, da participação das ICT no processo de inovação, e da inovação nas empresas (Brasil, 2004; Brasil, 2016). Cita-se, também, a Lei nº 11.196/2005, Lei do Bem, que dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica (Brasil, 2005).

Com relação a iniciativas governamentais não regulatórias, destacam-se o 'Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação (2007-2010)', a 'Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (2012-2015)'. O primeiro, teve como principal objetivo definir um amplo leque de iniciativas, ações e programas que possibilitassem tornar mais decisivo o papel da CT&I

no desenvolvimento sustentável do País, priorizando quatro pilares: (i) expansão e consolidação do sistema nacional de CT&I; (ii) promoção da inovação tecnológica nas empresas; (iii) pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas; (iv) CT&I para o desenvolvimento social (Brasil. Ministério da Ciência e Tecnologia, 2010).

A Estratégia Nacional de CT&I dá continuidade ao Plano de Ação para o período de 2012 e 2015 e foi atualizada para os anos de 2016 a 2022, no que concerne aos pilares, a modernização e ampliação da infraestrutura de CT&I, a ampliação do financiamento para o desenvolvimento de CT&I, e a formação, atração e fixação de recursos humanos (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, 2016).

3 Cultura do livro e leitura no Brasil¹

Nesta seção são abordadas as políticas públicas do livro e da leitura no Brasil e indicadores relacionados à população leitora e não leitora. Essas políticas são importantes pois representam:

a aplicação de medidas no mundo concreto, enquanto instrumentos de ação política, que visam ao seguinte: desenvolver a cidadania; formar leitores; melhorar a competência escrita; promover a inclusão social; engajar o país economicamente; proporcionar a condição de ser e estar no mundo de modos distintos; elevar os níveis educacional e cultural das pessoas; fortalecer o desenvolvimento do setor do livro e fortalecer identidades territoriais. Isso por meio do acesso aos livros, físicos e digitais, valendo-se das distintas tipologias de biblioteca e demais espaços educacionais e culturais de socialização para tanto, objetivando que leitores, ao serem estimulados de maneira apropriada, sejam formados efetivamente (Camillo, 2022, p. 72).

No ano de 2003, foi instituída a Lei nº 10.753 referente a Política Nacional do Livro. É considerado 'livro': “[...] a publicação de textos escritos em fichas ou folhas, não periódica, grampeada, colada ou costurada, em volume cartonado, encadernado ou em brochura, em capas avulsas, em qualquer formato e acabamento” (Brasil, 2003). De acordo com o Art. 1º, a Lei tem por objetivo assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro, entendendo-se por ‘cidadão’, toda a população que reside no País, independente de idade, gênero ou etnia.

A Política Nacional do Livro objetiva fomentar e apoiar a produção, edição, difusão, distribuição e comercialização de livros, de maneira a: estimular a produção de escritores e autores brasileiros; propiciar meios para fazer do País um grande centro editorial e,

¹ O conteúdo desta seção é baseado em um estudo maior, intitulado “Panorama do mercado editorial brasileiro e a atuação do bibliotecário” (Pedersoli, 2022), apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso, com dados coletados de indicadores voltados para o livro e a leitura no país que foram atualizados conforme resultados mais recentes para esta pesquisa.

consequentemente, ampliar a exportação de livros nacionais; apoiar a livre circulação de livros no País; ampliar a existência de livrarias, bibliotecas e pontos de vendas de livros etc. (Brasil, 2003).

Favorável à Lei supracitada, em 2018 instituiu-se a Política Nacional de Leitura e Escrita, Lei nº 13.696. Entre suas diretrizes realça-se a universalização do direito ao acesso ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas e o fortalecimento do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP). Valorizar a leitura, fomentar a formação de mediadores de leitura, incentivar pesquisas e o estabelecimento de indicadores relativos ao livro, assim como democratizar o acesso, são alguns dos principais objetivos da referida política. Para cumprir com esses objetivos, desenvolveu-se o PNLL, elaborado em conjunto pelos Ministérios da Cultura e da Educação.

O PNLL é dividido em quatro eixos temáticos: I- Democratização do acesso (implantação de novas bibliotecas contemplando os requisitos de acessibilidade; fortalecimento da rede atual de bibliotecas de acesso público integradas à comunidade, contemplando os requisitos de acessibilidade; criação de novos espaços de leitura; distribuição de livros gratuitos que contemplem as especificidades dos neoleitores jovens e adultos, em diversos formatos acessíveis; melhoria do acesso ao livro e a outras formas de expressão da leitura; e disponibilização e uso de tecnologias de informação e comunicação, contemplando os requisitos de acessibilidade); II - Fomento à leitura e à formação de mediadores (promoção de atividades de reconhecimento de ações de incentivo e fomento à leitura; formação de mediadores de leitura e de educadores leitores; projetos sociais de leitura; estudos e fomento à pesquisa nas áreas do livro e da leitura; sistemas de informação nas áreas de biblioteca, bibliografia e mercado editorial; e prêmios e reconhecimento às ações de incentivo e fomento às práticas sociais de leitura); III - Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico (ações para converter o fomento às práticas sociais da leitura em política de Estado e ações para criar consciência sobre o valor social do livro e da leitura); IV- Desenvolvimento da economia do livro (desenvolvimento da cadeia produtiva do livro; fomento à distribuição, circulação e consumo de bens de leitura; apoio à cadeia criativa do livro e incentivo à leitura literária; fomento às ações de produção, distribuição e circulação de livros e outros materiais de leitura, contemplando as especificidades dos neoleitores jovens e adultos e os diversos formatos acessíveis; e maior presença da produção nacional literária, científica e cultural no exterior) (Brasil, 2022).

Considerando os eixos do PNLL supracitados, analisa-se o cenário do livro e leitura no Brasil a partir de indicadores que, de um lado evidenciam quem são os leitores no País e, de outro, os processos de produção e vendas de livros. No que concerne à leitura, a população

brasileira pode ser dividida em três categorias: analfabetos, analfabetos funcionais, leitores reais. A meta do Plano Nacional de Educação de 2014 consistia em elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% até 2015, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional (Brasil, 2014). Entretanto, a taxa de alfabetização esperada, só foi superada entre os anos de 2018 e 2022. Em 2022 a taxa de analfabetismo no País foi de 5,2% da população com 15 anos ou mais, equivalente a 9,6 milhões de pessoas entre mais de 203 milhões, sendo a maior porcentagem correspondendo a idosos, pretos e pardos, e residentes na Região Nordeste do Brasil (Gomes; Ferreira, 2023).

Concomitante ao PNLL e as políticas direcionadas ao livro, leitura e escrita, ressalta-se, também, o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), que compreende um conjunto de ações voltadas para a distribuição de obras didáticas, pedagógicas e literárias para a rede de escolas públicas de educação básica no País. O PNLD é o programa mais antigo voltado para a distribuição de obras didáticas aos estudantes da rede pública, com esse nome desde 1985, deu origem a projetos como: distribuição de livros didático para alunos de 1ª a 8ª série do ensino fundamental; distribuição de dicionários para todas as escolas públicas de 1ª a 8ª série do ensino fundamental, adaptados ao nível de ensino do aluno; e a distribuição de dicionários trilíngues de português, inglês e libras para alunos surdos das escolas de ensino fundamental e médio. Com os avanços tecnológicos, a partir de 2012 também foram considerados a utilização de objetos educacionais digitais complementares ao livro impresso, como jogos educativos e simuladores. Os materiais distribuídos são escolhidos pelas escolas, desde que inscritos no PNLD e aprovados em avaliações pedagógicas coordenadas pelo Ministério da Educação (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2021; Brasil. Ministério da Educação, [s.d]).

Ao encontro dos dados apresentados, identifica-se os analfabetos funcionais com a pesquisa do Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF). Estes, aprenderam a ler, mas não exercem o hábito da leitura. Partindo de uma prova escrita aplicada em domicílio, o INAF avalia quatro habilidades funcionais nos campos do letramento e do numeramento:

- Localização: identificar em um texto uma ou múltiplas informações expressas de modo literal ou não;
- Integração: capacidade de lidar com dois ou mais elementos, comparando-os, ordenando-os ou estabelecendo outros nexos lógicos;
- Elaboração: criação ou recriação com base em elementos textuais; e,
- Avaliação: as tarefas que visam verificar essa habilidade convocam o leitor a aportar informação extratextual para confrontar com informação textual ou emitir um parecer sobre ela.

Após a avaliação, os participantes da pesquisa são classificados em cinco níveis de domínio da leitura: analfabeto; rudimentar; elementar; intermediário; proficiente. O analfabeto funcional se encontra entre os níveis rudimentar e elementar, que fazem um uso limitado da leitura. Os dados mais recentes da pesquisa correspondem a 2018, ano em que 22% da população entre 15 e 64 anos foi classificada como rudimentar e 34% como elementar (INAF, 2018; Pedersoli, 2022).

A fim de sanar tais fragilidades, em 2019 foi instituída a Política Nacional de Alfabetização (PNA) pelo Decreto nº 9.765. Conduzida pelo Ministério da Educação, a política objetiva erradicar o analfabetismo total e funcional (Brasil, 2019). Nessa perspectiva, merece destaque o PISA, avaliação destinada a alunos de 15 anos, aplicada a cada três anos pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A pesquisa analisa o domínio em conhecimentos de matemática, ciências e leitura, sendo determinado um foco predominante por triênio. Embora com notas baixas nos anos de 2018 e 2022, o Brasil se manteve estável mesmo com a pandemia devido o COVID-19 com início em 2020. Em leitura, o País ficou com 413 (quatrocentos e treze) pontos em 2018, mantendo-se nesta faixa em 2022, no intervalo de 406 (quatrocentos e seis) a 414 (quatrocentos e quatorze) pontos; o Brasil ocupou a 52ª posição em leitura, sendo a melhor entre as três disciplinas avaliadas (OECD, 2023).

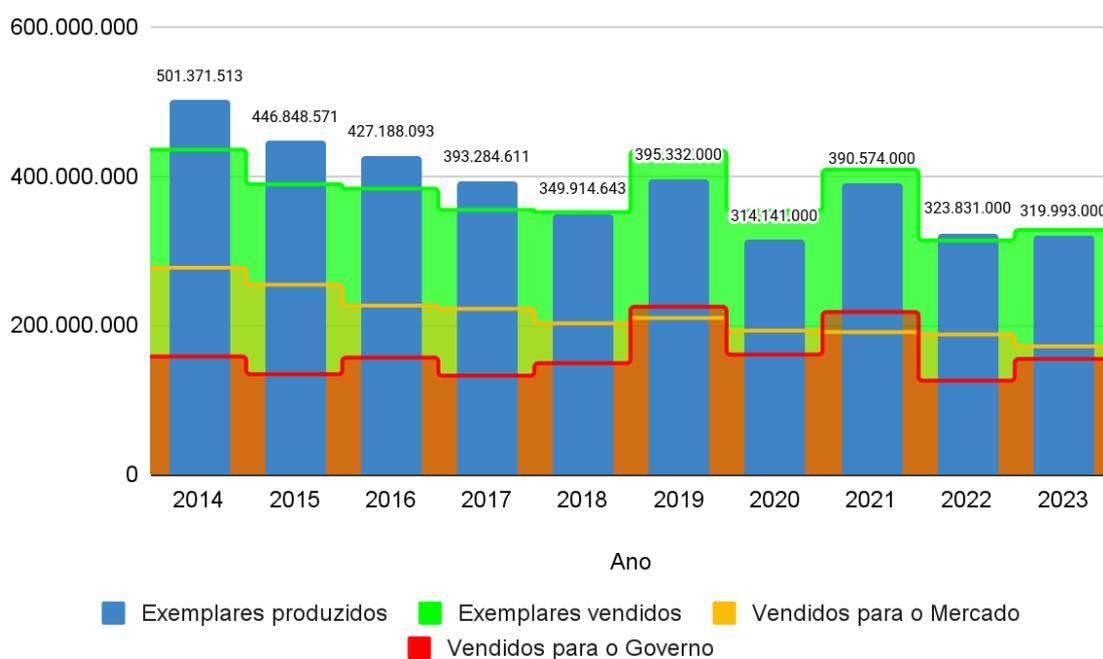
Os leitores reais são analisados com base nos resultados do PISA e, principalmente, nos dados da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*, realizada pelo IPL. O IPL é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), sem fins lucrativos, criada e mantida pela Abrelivros, Câmara Brasileira do Livro (CBL) e pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL). Dentro dos critérios da pesquisa aplicados, é considerado leitor aquele que leu, inteiro ou em partes, ao menos um livro nos últimos três meses antecedentes à coleta de dados. Não é avaliada a qualidade da leitura ou o nível de compreensão dos textos lidos, mas as condições de leitura e acesso ao livro, impresso ou digital (Pedersoli, 2022).

De acordo com a pesquisa do IPL, 52% da população brasileira foi classificada como leitora em 2019. Analisando por região, há uma predominância da população leitora nas regiões Norte e Sul do País; por classe econômica, as pessoas pertencentes a Classe A (com renda mensal domiciliar superior a R\$ 23,8 mil) são as que mais leem e, as de Classes D/E (renda mensal domiciliar até R\$ 3.200) leem menos; por idade, identificou-se que a maior parte da população leitora tem entre 5 e 39 anos, diminuindo consideravelmente a partir dos 14 anos (IPL, 2020).

Os hábitos de leitura da população brasileira interferem diretamente nos processos de produção e comercialização de livros. O SNEL e a CBL realizam a pesquisa *Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro* desde 2012, assumida pela Nielsen Book em 2020. A coleta de dados

desta pesquisa se dá com base em amostras de editoras, da performance do setor editorial e de seus subsetores. Os resultados são apresentados por setores: Didáticos; Religiosos; Obras Gerais; e Científicos, Técnicos e Profissionais (CTP). Para este estudo, foram extraídos da pesquisa dados referentes ao intervalo temporal de dez anos (2014-2023), com relação ao número de livros produzidos e vendidos.

Gráfico 1: Produção e vendas de livros – Total e Obras Gerais (SNEL).



Fonte: Baseado nos resultados dos últimos dez anos da pesquisa “Produção e Vendas do Setor Editorial” (Nielsen BookData; CBL; SNEL).

O Gráfico 1 diz respeito ao número total de livros produzidos e vendidos entre 2013 e 2022. Nota-se a inconstância nas vendas dos livros no total que reflete na produção, o que pode ser observado entre os anos de 2014 e 2017 e em 2022, em que a produção de livros foi superior às vendas e, desde então, observa-se uma instabilidade no número de livros produzidos por ano. O investimento do Governo Federal em livros é um fator importante como base para manter o mercado editorial; em comparação aos outros anos, em 2019 foi o ano em que o Governo Federal mais investiu, chegando em 29,93% do faturamento total, sendo os outros 70,07% com vendas para o mercado, no entanto, manteve-se a inconstância, sendo o investimento do Governo de aproximadamente 28% em 2020, 32% em 2021 e 25% em 2022 (Nielsen BookData; CBL; SNEL).

Existem várias maneiras de o livro chegar ao seu respectivo leitor: um leitor pode ganhar, emprestar ou comprar um livro; pode ir até a biblioteca, a livraria, ou ao sebo mais

próximo; pode comprar com um vendedor ambulante de livros infantis na porta da escola (Pedersoli, 2022). De acordo com o levantamento de dados realizado durante a Convenção Nacional de Livrarias pela Associação Nacional de Livrarias (ANL), no Brasil existem 2.972 livrarias, (Publishnews, 2023).

Para além das livrarias, ressalta-se as bibliotecas. O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) (2023) informa que existem 5.318 bibliotecas públicas no País – municipais, distritais, estaduais e federais –, nos 26 Estados e no Distrito Federal.

Partindo-se de dados coletados de três edições (2011; 2015; 2019) da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil* (IPL, 2020), observa-se que quando questionados sobre o que motivaria frequentar mais a biblioteca, unanimemente a resposta predominante foi ‘ter mais livros novos’, seguida de ‘ter títulos mais interessantes’ e ‘ser mais próxima ou de fácil acesso’ (IPL, 2020; Pedersoli, 2022).

Contemplando o PNLL, enfatiza-se os movimentos de incentivo à leitura no País, tais como: a campanha “Esqueça um livro em qualquer lugar e incentive a leitura”, que começou em 2013, em São Paulo, inspirada no conceito de *BookCrossing*, criado nos Estados Unidos, que atualmente se tornou domínio público e ocorre em todo o Brasil de maneira voluntária, consiste em deixar um livro em espaços públicos e escrever um recado para que uma pessoa aleatória possa encontrá-lo (Educa + Brasil, 2018); e o Projeto “Leia Mulheres”, com início em 2015, em São Paulo, que consiste em um clube de leitura com reuniões mensais, geralmente em bibliotecas públicas, para debater sobre livros escritos por mulheres, atualmente ocorre em mais de 100 cidades do País e tem parceria com editoras, livrarias e centros culturais (Leia Mulheres, [s.d]). Além desses movimentos, também se destacam as premiações de incentivo à leitura e à escrita, entre elas o Prêmio Jabuti e o Prêmio Literário Biblioteca Nacional.

Além dos meios convencionais de acesso ao livro, destacam-se também as feiras literárias e eventos como, por exemplo, a Bienal Internacional do Livro que ocorre anualmente e movimenta economicamente o mercado do livro. A partir da união de editoras brasileiras e estrangeiras e outros membros da cadeia produtiva do livro, o evento propicia ao leitor uma imersão literária proposta pelo contato com autores de livros internacionais e nacionais, cenários literários para fotografar, e livros a preço de atacado (Pedersoli, 2022).

4 Procedimentos metodológicos

De natureza quali-quantitativa por combinar a análise de dados e indicadores estatísticos às políticas e legislações existentes voltadas ao livro e à leitura no Brasil, o estudo é documental e descritivo, por descrever características relacionadas ao fenômeno (Gil, 2008), qual seja, o cenário contemporâneo do livro e da leitura no Brasil. Com a combinação das abordagens

qualitativa e quantitativa é possível: “[...] a compreensão das múltiplas nuances que envolvem o objeto de pesquisa, o que permite o aprofundamento das questões que direcionam o estudo” (Valentim, 2005, p. 84).

Para a coleta de dados foram consultados com prioridade os seguintes documentos: Indicadores Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação (Brasil. MCTI, 2023); Índice Global de Inovação (Dutta, Lanvin; León; Wunsch-Vincent, 2023); Política Nacional do Livro (Brasil, 2003); Política Nacional de Leitura e Escrita (Brasil, 2018); Plano Nacional do Livro e Leitura (Brasil, 2011); Taxa de alfabetização - IBGE (Gomes; Ferreira, 2023); Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF, 2018); Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (OECD, 2023); Pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil” (Instituto Pró-Livro); Pesquisa “Produção e vendas do Setor Editorial Brasileiro” (Nielsen BookData; CBL; SNEL).

No que tange a análise dos dados, optou-se por dividi-la em dois momentos, primeiramente, realizar uma análise comparativa de dados do Brasil e dos Estados Unidos, China, Japão, Canadá e Itália. Dentre os países citados, os três primeiros se destacam em comparação ao Brasil com investimentos direcionados para pesquisa e desenvolvimento, enquanto o Canadá e a Itália estão logo abaixo, como é evidenciado pelos Indicadores Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI, 2023), por essa razão observa-se os resultados desses países no que concerne à leitura na pesquisa PISA, e em que posição se encontram no IGI (MCTI, 2023), a fim de verificar se os investimentos em P&D podem ter influência no cenário do livro e da leitura no País.

A segunda etapa da análise, consiste na aplicação do método ‘Análise de Conteúdo’, contemplando os objetivos específicos b e c. Segundo Bardin (2009), o método é definido como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2009, p. 44).

A técnica de análise aplicada é a do tipo categorial, cujas categorias foram definidas a *priori*, baseadas no PNLL. A aplicação do método implica em três fases: a) pré-análise que, visa a sistematização das ideias iniciais - inclui a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos, e a elaboração de categorias que fundamentam a interpretação final; b) exploração do material que, compreende a codificação do material que compõe o *corpus* de análise, realizada a partir de categorias que foram estabelecidas a *priori*; c) tratamento dos resultados que condensa e evidencia as informações analisadas que, por sua vez, podem resultar em quadros, diagramas, figuras e modelos. Com a aplicação das três fases mencionadas é possível realizar inferências e interpretações

interrelacionadas aos objetivos iniciais propostos no âmbito da pesquisa (Bardin, 2009, p. 121). As categorias para a análise são: Democratização do acesso ao livro; Fomento à leitura; Valorização Institucional da leitura; Economia do livro.

5 Resultados e discussões

Sendo o estudo documental e descritivo, os resultados são divididos em três etapas diante dos objetivos específicos: (i) análise comparativa de dados referentes ao Brasil, China, Estados Unidos, Japão, Canadá e Itália, considerando dados dos Indicadores Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação (Brasil. MCTI, 2023), IGI (MCTI, 2023) e os resultados da pesquisa PISA; (ii) análise do PNLL e seus objetivos frente ao cenário contemporâneo – considerando as leis direcionadas para o livro e a leitura, os indicadores que estabelecem os leitores potenciais e reais, assim como indicadores referentes à produção e comercialização de livros; (iii) a partir das análises, proposição de estratégias de CT&I frente o PNLL e o cenário nacional do livro e leitura.

A Tabela 1 abaixo, destaca os dados referentes aos países selecionados para o universo de pesquisa (Estados Unidos, China, Japão, Brasil, Canadá e Itália) no que tange aos investimentos em P&D, ao IGI e os resultados da pesquisa PISA relacionados à leitura. É importante ressaltar que, para este estudo, considerou-se apenas os índices analisados e focou-se mais no Brasil neste cenário. Questões populacionais, sociais e culturais dos Estados Unidos, China, Japão, Canadá e Itália não foram consideradas, possibilitando um próximo estudo, comparativo, evidenciando-as.

Tabela 1: Análise comparativa

Países	Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (Bilhões)	IGI (Ranqueamento)	PISA - Leitura
Estados Unidos	720,9	3º	504
China	583,8	12º	Taiwan - 515; Macau - 510; Hong Kong - 500
Japão	174,1	13º	516
Brasil	36,8	49º	410
Canadá	32,6	15º	507
Itália	25,1	26º	482

Fonte: Elaboração própria (2024).

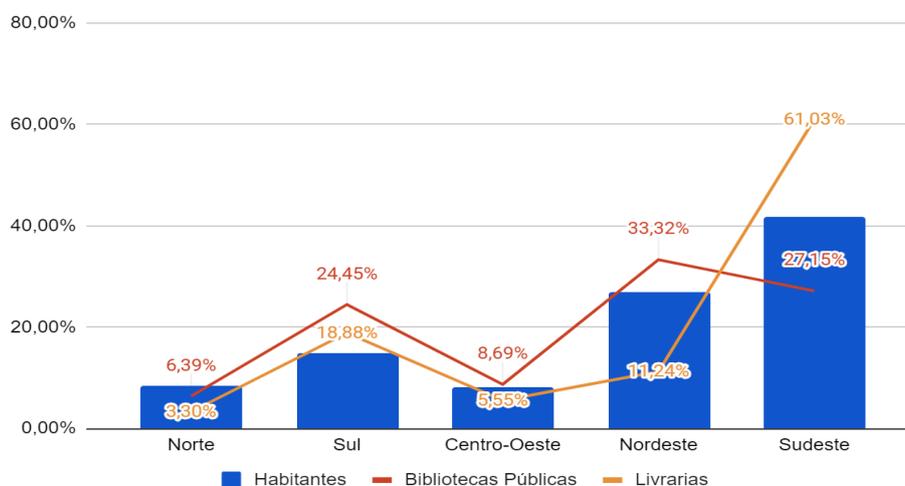
Embora o Brasil se destaque em comparação ao Canadá e a Itália com investimentos em P&D, estes estão mais bem ranqueados no IGI e com pontuações na pesquisa PISA que os mantém acima da média da OCDE, entretanto, permanecem atrás dos Estados Unidos, Japão e

China, com exceção da pontuação do Canadá na pesquisa PISA maior do que a dos Estados Unidos e Hong Kong (China). Tais oscilações ocorrem porque para o IGI também são considerados outros pontos para ranqueamento. A partir desta análise, conclui-se que embora o Brasil tenha maior investimento em P&D em comparação ao Canadá e à Itália, tal fato não influencia no cenário da leitura no País, que de acordo com a pesquisa PISA está abaixo da média da OCDE, impactando negativamente em seu posicionamento no IGI, ficando em 49º. A fim de compreender este cenário, a segunda parte da análise implica a uma análise de conteúdo relacionada ao PNLL, dividida em quatro categorias definidas *a priori*: 1 - Democratização do acesso ao livro; 2 - Fomento à leitura; 3 - Valorização Institucional da leitura; 4 - Economia do livro.

A primeira categoria “Democratização do acesso ao livro”, contempla o Plano Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e dados da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil no que concerne às formas de acesso e compra de livros em comparação aos levantamentos de número de livrarias e bibliotecas públicas existentes no País, realizados respectivamente pela ANL e pelo SNBP. Referente ao acesso ao livro de maneira igualitária para todos os cidadãos o PNLD faz-se necessário por disponibilizar as escolas da rede pública de ensinos fundamental e médio materiais didáticos, pedagógicos e literários, entretanto, ressalta-se que estes materiais precisam ser solicitados com antecedência pelas escolas e passam por um processo de análise, coordenado pelo Ministério da Educação, desta forma, entende-se que ao mesmo tempo que há benefícios neste processo, ele também é limitado e a aprovação ou não dos materiais pode ser influenciada por ideologias políticas e sociais, ultrapassando as questões educacionais.

Ainda neste contexto do acesso ao livro, o PNLL faz menção a implantação de novas redes de bibliotecas e melhorias para as já existentes (contemplando requisitos de acessibilidade), assim como a criação de novos espaços de leitura e melhoria do acesso ao livro. De acordo com o censo do IBGE coletado em 2022, a Região Nordeste é a segunda mais populosa do País, com 26,9% dos habitantes, ficando atrás da Região Sudeste que corresponde a 41,8% da população, seguidos da Região Sul com 14,74%, Região Norte com 8,5% dos habitantes e com pouca diferença comparado ao Centro-Oeste, com 8,02% da população (IBGE, 2023b). Com fundamento nos dados coletados do SNBP e pela ANL, observa-se a má distribuição de redes de bibliotecas públicas e livrarias no País, quando comparada ao número de habitantes por região (Gráfico 2).

Gráfico 2: Distribuição de redes de bibliotecas públicas e livrarias por região no Brasil



Fonte: Elaboração própria com base em Pedersoli (2022).

Relacionado às formas de acesso ao livro e ao que pôde ser coletado da 5ª edição da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*, observou-se a preferência por comprar livros em livrarias, sejam estas físicas ou virtuais, com maior procura por livrarias físicas. Devido a pandemia ocasionada pelo COVID-19 entre 2020 e 2023, foi necessário que livrarias físicas fechassem o estabelecimento e/ou se adaptassem, oportunizando as vendas *online*, por essa razão, ao realizarem a atualização da pesquisa é possível que haja maior procura por livrarias virtuais na atualidade. Além das livrarias, as procuras por livros em bibliotecas escolares, bancas e sebos, que podem ser motivadas pela ausência de uma biblioteca municipal, o valor comercial do livro ou por não haver redes de livrarias mais próximas se destacam.

A análise da segunda categoria (Fomento à Leitura), relacionada aos dados estatísticos informados pelo IBGE, pelo INAF e pela pesquisa PISA referentes à alfabetização no País, assim como aos dados da *Retratos da Leitura* acerca da população leitora no País e aos movimentos de incentivo à leitura, corresponde a promoção de atividades de reconhecimento de ações de incentivo e fomento à leitura, projetos sociais de leitura e prêmios e reconhecimento às ações de incentivo e fomento às práticas sociais de leitura propostas no Eixo 2 do PNLL. Sendo assim, as inferências se voltam para a alfabetização no País, população leitora e os movimentos de leitura existentes.

Conforme os dados coletados do IBGE e da pesquisa do INAF respectivamente, no Brasil, 5,6% da população classifica-se como analfabeta (Alves, 2023), enquanto 56% correspondem aos analfabetos funcionais (INAF, 2018). A partir dos dados da pesquisa PISA, coletados com alunos do ensino médio, nota-se que a população brasileira se sobressai em leitura, em comparação a matemática e ciências (OECD, 2023), porém segundo a pesquisa *Retratos da*

Leitura no Brasil, apenas 52% da população é leitores, estes leram livros inteiros ou em partes dentro dos três meses anteriores à coleta de dados da pesquisa (IPL, 2020). A pesquisa também apresenta a população leitora no Brasil por região: Sudeste - 42%; Nordeste - 28%; Sul - 14%; Centro-Oeste - 8%; Norte - 8% (IPL, 2020).

Ao observar os dados por região, nota-se que a Região Sudeste possui maior acesso a redes de livrarias e, também, a maior em termos de população leitora, enquanto nas regiões Norte e Centro-Oeste há menos leitores e pouco acesso a bibliotecas públicas e livrarias. A Região Nordeste, segunda maior em termos de população leitora, possui o maior número de bibliotecas públicas. A Região Sul equilibra a população leitora com o número de redes de bibliotecas e livrarias.

Referente aos movimentos de incentivo à leitura, ressalta-se as iniciativas como o “Esqueça um livro em qualquer lugar e incentive a leitura” que ocorre de maneira voluntária e o Projeto “Leia Mulheres” que geralmente acontece em bibliotecas públicas, atualmente presente em mais de 100 cidades e com parcerias com editoras, livrarias e centros culturais (Educa + Brasil, 2018; Leia Mulheres, [s.d.]). Além desses projetos, também existem premiações voltadas para o livro e a escrita como, por exemplo: Prêmio Jabuti (concedido pela CBL), Prêmio SESC literatura e o Prêmio Literário BN (Biblioteca Nacional). Embora existam essas iniciativas, são incipientes e dispersas ao se analisar o País como um todo.

O Eixo 3 do PNLL preza por ações para converter o fomento às práticas sociais da leitura em política de Estado e para criar consciência sobre o valor social do livro, indo ao encontro da terceira categoria de análise (Valorização institucional da leitura). No Quadro 1 são colocadas a Política Nacional do Livro e a Política Nacional de Leitura e Escrita, junto às diretrizes que foram pontos de partida para a análise.

Quadro 1: Leis do livro e leitura no Brasil

Lei	Diretrizes
Lei Nº 10.753/2003 - Política Nacional do Livro (Brasil, 2003)	Assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro; Promover e incentivar o hábito da leitura; Instalar e ampliar no país livrarias, bibliotecas e pontos de venda de livro.
Lei Nº 13.696/2018 - Política Nacional de Leitura e Escrita (Brasil, 2018)	A universalização do direito ao acesso ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas; O reconhecimento da leitura e da escrita como um direito, a fim de possibilitar a todos, inclusive por meio de políticas de estímulo à leitura, as condições para exercer plenamente a cidadania, para viver uma vida digna e para contribuir com a construção de uma sociedade mais justa.

Fonte: Elaboração própria com base em Pedersoli (2022).

Com a má distribuição de livrarias e bibliotecas públicas e a incipiência referente ao fomento à leitura no País, observa-se que apesar da existência dessas leis, elas não têm sido suficientes para que o incentivo à leitura de fato ocorra no Brasil de maneira igualitária a todos, o que se comprova ao observar os resultados da 5ª edição da *Retratos da Leitura no Brasil* (IPL, 2020) e notar que: dentre a população leitora, a maioria pertence a classe A que tem renda mensal domiciliar superior a R\$ 22 mil, e são poucos os leitores das classes D/E com até R\$ 2,9 mil mensalmente; há uma concentração de leitores com idade entre cinco e 39 anos, diminuindo consideravelmente a partir dos 14 anos, o que coincide com o período de letramento escolar até o início do Ensino Médio.

A quarta e última categoria de análise (Economia do livro), corresponde ao Eixo 4 do PNLL, que objetiva o desenvolvimento da cadeia produtiva do livro e fomento às ações de produção, distribuição e circulação de livros no País, priorizando a produção nacional. Para a análise desta categoria, concentra-se nos resultados da pesquisa *Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro* (CBL; SNEL; Nielsen Book).

Partindo da instabilidade entre os processos de produção e comercialização de livros, observada no Gráfico 2, pois no que concerne às obras gerais (ficção/não ficção) o número de vendas tende a superar ao de livros produzidos, entretanto, diminuiu nos anos de 2018 e 2020 coincidindo com o fechamento de redes de livrarias pertencentes a Saraiva e a Cultura e o início da pandemia devido o COVID-19, destaca-se a influência direta que os fatores externos (culturais, educacionais, políticos, econômicos) afetam o mercado editorial. No caso do fechamento de dezenas de lojas pertencentes às livrarias supracitadas, observa-se também a dependência que o funcionamento do mercado editorial tem de grandes redes de livrarias, neste contexto, as livrarias em questão representavam 40% do faturamento das principais editoras (Santos, 2023).

Sendo assim, ao pensar em estratégias para melhoria do mercado editorial, coloca-se em questão a desconstrução do modelo atual, priorizando a descentralização nas grandes editoras e livrarias, e promovendo oportunidades para livrarias e editoras de médio e pequeno porte e clubes de assinatura de livros que, com o auxílio de influenciadores digitais, maior tiragem de livros (fator que diminui o custo de produção), entre outras estratégias conseguiram se destacar em meio à crise do mercado editorial (Pedersoli, 2022).

A partir das análises realizadas, observa-se que o Brasil necessita não apenas de mais investimentos em P&D, mas também em focar no que tange aos cenários do livro e da leitura, visto que influenciam diretamente no ranqueamento do País no IGI, pois se constituem em variáveis do Índice as Escalas PISA em leitura, matemática e ciências; e a presença de bens e serviços criativos – na qual estão intrínsecos à produção e comercialização de livros.

Nota-se que embora o PNLL esteja bem construído teoricamente, faltam ações para que o Plano possa ser executado de maneira igualitária no País como um todo. Também, observa-se a ausência de políticas de CT&I diretamente voltadas para o livro e a leitura. Considerando os tópicos do IGI, são propostas as seguintes estratégias para o desenvolvimento de políticas de CT&I com base no PNLL, a curto, médio e longo prazo:

- i. curto prazo: visando o fomento à leitura, é proposto que alguns dos movimentos de incentivo à leitura já consolidados, a exemplo do “Leia Mulheres”, aconteçam de maneira híbrida (presencial e virtualmente), com objetivo de alcançar um público maior. No contexto do “Leia Mulheres”, os encontros podem ocorrer na cidade destinada e abrirem ao menos uma vez ao mês, para que ocorram virtualmente através de plataforma como o *Google Meet*, mediante uma pré-inscrição, com isso também se ressalta a importância de se investir na divulgação destes encontros nas redes sociais, bibliotecas e demais meios de comunicação;
- ii. médio prazo: levando em consideração a crise do mercado editorial em torno de grandes redes de livrarias como a Saraiva e a Cultura, propõe-se focar na descentralização do mercado editorial de livros, fomentando pequenas e médias editoras e livrarias que souberam desenvolver estratégias mediante a crise e, também, os clubes de assinatura de livros que tem chamado atenção, a partir do investimento em divulgações *online* através das redes sociais e *influencers* digitais;
- iii. longo prazo: priorizando a democratização do acesso ao livro como proposta no PNLL e considerando a má distribuição de bibliotecas públicas e livrarias no País, a longo prazo propõe-se o investimento em uma biblioteca virtual voltada para obras gerais (ficção/não ficção), o intuito é que seja de acesso gratuito mediante o cadastro no *site*, impossibilitando *downloads* e captura de tela, para sua construção sugere-se que a iniciativa parta da Biblioteca Nacional, que pode trabalhar em conjunto com demais redes de bibliotecas públicas, a ideia é que a proposta seja discutida e colocada em prática, após o *site* da biblioteca virtual passar a funcionar, cuja proposta voltaria a ser revisada anualmente para eventuais melhorias, podendo estar sob a responsabilidade da Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo e do Ministério da Educação em conjunto com demais membros das cadeias relacionadas à leitura (educadores, bibliotecários etc.), como foi para a construção do PNLL.

6 Considerações finais

O consumo do livro não ser prioritário no Brasil se relaciona com fatores políticos, culturais, econômicos e educacionais. Dentre eles, as múltiplas possibilidades de lazer (redes sociais, *streamings*, etc.); a ausência de bibliotecas públicas (municipais, estaduais, escolares) e, também, como essas são vistas pela sociedade, por muitas vezes interpretadas como ambiente apenas para estudos; além do alto valor comercial do livro. A relação do livro com estes fatores não é facilmente transformada, mas a partir de seu reconhecimento e de um estudo maior do panorama da cultura do livro no País e do mercado editorial, é possível propor estratégias para que essas questões se minimizem, a exemplo do Projeto de Lei nº 811/23 que determina que as bibliotecas escolares tenham bibliotecários e livros eletrônicos.

Referente aos objetivos propostos, foram descritos os indicadores de CT&I do MCTI e do IGI que o Brasil integra; analisaram-se os indicadores relacionados ao livro e a leitura expostos pela CBL, SNEL, *Nielsen Book* e IBGE; realizou-se análise de conteúdo categorial a partir dos eixos do PNLL; e foram propostas a curto, médio e longo prazo diretrizes de políticas de CT&I para o cumprimento do PNLL.

Diante da cultura do livro e leitura no Brasil e da Sociedade 5.0, prioriza-se os estudos acerca de sociedades superinteligentes e CT&I. No que tange à a Ciência da Informação e considerando o propósito do mediador da informação, de buscar, recuperar e compartilhar dados, cabe ao cientista da informação em parceria com outros profissionais da cadeia do livro (bibliotecários, educadores etc.), estudar o cenário brasileiro no que concerne à leitura e, conseqüentemente, à produção e comercialização de livros. No IGI o Brasil se encontra na 49ª posição entre 132 países, o investimento no livro e na leitura tende a influenciar este resultado, para além disso, as políticas de CT&I contempladas inicialmente neste estudo podem minimizar as deficiências comprovadas que existem no PNLL.

Conclui-se que para além do PNLL o debate para construção de estratégias de fomento à leitura e escrita no país deve ser constante, entendendo-se a importância da leitura para o desenvolvimento crítico e informacional da sociedade, possibilitando a integralização desta para com o meio. Entende-se que o livro e a leitura no Brasil não devem ser tratados de maneira isolada, apenas relacionando-os a questões educacionais e culturais. Essa assertiva encontra respaldo principalmente no contexto da Sociedade 5.0 e dos constantes avanços das tecnologias de informação e comunicação. Desta forma, entende-se que o desenvolvimento de uma política do livro e leitura diretamente ligada a propostas relacionadas à Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) é estratégico e funcional para a sociedade contemporânea.

Para eventuais estudos relacionados à temática, propõe-se uma contextualização do cenário como um todo: educacional, político, econômico, cultural e educacional. Partindo desta

contextualização, é possível que no âmbito da Ciência da Informação, proponham-se novos meios para a gestão do mercado editorial de livros no País.

Referências

ALVES, T. Taxa de analfabetismo cai no Brasil e passa de 6,1% para 5,6%. **Rádio Agência**. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/educacao/audio/2023-06/taxa-de-analfabetismo-cai-no-brasil-e-passa-de-61-para-56#:~:text=Publicado%20em%2007%2F06%2F2023,n%C3%A3o%20sabem%20ler%20nem%20escrever>. Acesso em: 04 dez. 2023.

ARAÚJO, C. A. Á. A ciência como forma de conhecimento. **Ciência e Cognição**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 127-142, ago. 2006. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212006000200014&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 mar. 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009. 281p.

BRASIL. **Decreto nº 7.559, de 1 de setembro de 2011**. Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7559.htm. Acesso em: 05 dez. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019**. Institui a Política Nacional de Alfabetização. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9765.htm. Acesso em: 10 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003**. Institui a Política Nacional do Livro. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.753.htm. Acesso em: 05 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm. Acesso em: 14 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005**. Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica [...]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11196.htm. Acesso em: 14 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em 12 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016**. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº

10.973, de 2 de dezembro de 2004 [...]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13243.htm#art2. Acesso em: 14 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018**. Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13696.htm. Acesso em: 05 dez. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação**: principais resultados e avanços 2007-2010. 2010. Disponível em: https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/676/4/Plano%20de%20A%C3%A7%C3%A3o%20em%20Ci%C3%Aancia%20e%20Tecnologia%20e%20Inova%C3%A7%C3%A3o_principais%20resultados%20e%20avan%C3%A7os_2007-2010.pdf. Acesso em: 14 dez. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. **Fundos Setoriais**. [s.d]. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/fndct/paginas/fundos-setoriais>. Acesso em: 14 dez. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. **Indicadores Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação**: 2022. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/indicadores/paginas/publicacoes/arquivos/indicadores_cti_2022.pdf. Acesso em: 14 dez. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES. **Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação**. 2016. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/990/1/ENCTI-MCTIC-2016-2022.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. Plano Nacional do Livro e Leitura. **Gov.br**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/pnll>. Acesso em: 04 dez. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. PNLD. [s.d.]. **Portal.mec**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld>. Acesso em: 16 set. 2024.

CAMILLO, E. S. **Políticas públicas do livro e leitura**: dimensões, critérios e ações para efetivar a agenda 2030 e a promoção sustentável da leitura. 2022. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2022. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11776182. Acesso em: 16 set. 2024.

DUTTA, S.; LANVIN, B.; LEÓN, L. R.; WUNSCH-VINCENT, S. **Global Innovation Index 2023**: Innovation in the face of uncertainty. 16th Edition. Wipo, 2023. Disponível em: https://www.wipo.int/global_innovation_index/en/2023/. Acesso em: 04 dez. 2023.

EDUCA + BRASIL. **Campanha “Esqueça um livro e Espalhe conhecimento” incentiva a leitura em todo país**. jul. 2018. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/campanha-esqueca-um-livro-e-espalhe-conhecimento-incentiva-a-leitura-em-todo-pais>. Acesso em: 15 dez. 2023.

FACCHINI, T. 11º Painel do Varejo de Livros no Brasil mostra variação positiva no faturamento do setor. **PublishNews**. 2023. Disponível em:

<https://publishnews.com.br/materias/2023/11/28/11-painel-do-varejo-de-livros-no-brasil-mostra-variacao-positiva-no-faturamento-do-setor#:~:text=O%2011%C2%BA%20per%C3%ADodo%20E2%80%93%20que%20antecede,no%20mesmo%20per%C3%ADodo%20em%202022.> Acesso em: 04 dez. 2023.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Histórico. **Gov.br**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/historico>. Acesso em: 16 set. 2024.

GOMES, I.; FERREIRA, I. Em 2022, analfabetismo cai, mas continua mais alto entre idosos pretos e pardos e no Nordeste. **Agência IBGE notícias**. jun. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no-nordeste>. Acesso em: 10 dez. 2023.

INDICADOR DE ALFABETISMO FUNCIONAL. Disponível Em: <https://alfabetismofuncional.org.br/>. Acesso em: 10 dez. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE divulga o Rendimento Domiciliar Per Capita e o Coeficiente de Desequilíbrio Regional de 2022**. 2023a. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/37023-ibge-divulga-o-rendimento-domiciliar-per-capita-e-o-coeficiente-de-desequilibrio-regional-de-2022#:~:text=Em%202022%2C%20o%20rendimento%20nominal,%20igual%20a%201%2C00.> Acesso em: 04 dez. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **De 2010 a 2022, população brasileira cresce 6,5% e chega a 203,1 milhões**. 2023b. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37237-de-2010-a-2022-populacao-brasileira-cresce-6-5-e-chega-a-203-1-milhoes#:~:text=Por%20outro%20lado%2C%20o%20Norte,crescendo%20sucessivamente%20as%20C3%BAltimas%20d%20C3%A9cadas..> Acesso em: 21 dez. 2023.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da Leitura no Brasil - 5ª edição**. 2020. Disponível em: <https://www.prolivro.org.br/5a-edicao-de-retratos-da-leitura-no-brasil-2/a-pesquisa-5a-edicao/>. Acesso em: 04 dez. 2023.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO; ITAÚ CULTURAL. **26ª Bienal internacional do livro de SP**. 2022. Disponível em: https://www.prolivro.org.br/wp-content/uploads/2022/08/Pesquisaltau%CC%81Cultural_IPL_PerfilLeitoresdaBienaldoLivroSP2-2-1.pdf. Acesso em: 22 dez. 2023.

LEIA MULHERES. Disponível em: <https://leiamulheres.com.br/>. Acesso em: 15 dez. 2023.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. [entre 2015 e 2023]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 16 jun. 2023.

NIELSEN BOOKDATA; CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO; SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS. **Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro: ano base 2023**. mai. 2024b. Disponível em: https://snel.org.br/wp/wp-content/uploads/2024/06/producao_e_vendas_anobase_2023.pdf. Acesso em: 31 ago. 2024.

NIELSEN BOOKSCAN; SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS. **Painel do varejo de livros no Brasil: resultados 2024x2023**. 2024. Disponível em: <https://snel.org.br/wp/wp-content/uploads/2024/08/SNEL-07-2024-07T-2024.pdf>. Acesso em: 08 set. 2024.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **PISA 2022 Results (Volume I): The State of Learning and Equity in Education**. dez. 2023. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2023/12/PISA_2022_Volume_1_Embargo5December.pdf. Acesso em: 10 dez. 2023.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO; GABINETE ESTATÍSTICO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. **Manual de Oslo**: diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação. Tradução: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP. [s.l.]: FINEP, 1997. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/images/apoio-e-financiamento/manualoslo.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2023.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO; GABINETE ESTATÍSTICO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. **Oslo Manual 2018**: guidelines for collecting, reporting and using data on innovation. 4 ed. 2018. Disponível em: https://www.ovtt.org/wp-content/uploads/2020/05/Manual_Oslo_2018.pdf. Acesso em: 27 mar. 2024.

PEDERSOLI, A. C. L. **Panorama do mercado editorial brasileiro e a atuação do bibliotecário neste setor**. 103f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Curso de Biblioteconomia, Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2022.

PUBLISHNEWS. **Brasil tem 2.972 livrarias, segundo a Associação Nacional de Livrarias**. set. 2023. Disponível em: <https://www.publishnews.com.br/materias/2023/09/19/brasil-tem-2.972-livrarias-segundo-a-associao-nacional-de-livrarias#:~:text=Durante%20a%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20Nacional%20de,pelos%20cincos%20cantos%20do%20pa%C3%ADs..> Acesso em: 12 dez. 2023.

ROCHA, E. M. P.; FERREIRA, M. A. T. Indicadores de ciência, tecnologia e inovação: mensuração dos sistemas de CTel nos estados brasileiros. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 3, p. 61-68, set./dez. 2004. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/ci/a/k9dPpTb3n8W6XBc5By54Zyh/?lang=pt&format=pdf#:~:text=c\)%20C3%8Dndice%20de%20ci%C3%Aancia%2C%20tecnologia,de%20ci%C3%Aancia%2C%20tecnologia%20e%20inova%C3%A7%C3%A3o](https://www.scielo.br/j/ci/a/k9dPpTb3n8W6XBc5By54Zyh/?lang=pt&format=pdf#:~:text=c)%20C3%8Dndice%20de%20ci%C3%Aancia%2C%20tecnologia,de%20ci%C3%Aancia%2C%20tecnologia%20e%20inova%C3%A7%C3%A3o). Acesso em: 14 dez. 2023.

SANTOS, I. Sobreviventes do mercado de livrarias estão em plena expansão. **InfoMoney**. 2023. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/business/sobreviventes-mercado-de-livrarias-em-plena-expansao/>. Acesso em: 07 set. 2024.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS. **Bibliotecas públicas do Brasil**. 2023. Disponível em: <http://snbp.cultura.gov.br/bibliotecaspublicas/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação**. São Paulo: Polis, 2005. 176p. (Coleção Palavra-Chave, 16). Disponível em: <https://abecin.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Metodos-qualitativos.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2023.